

## A TRAJETÓRIA DAS BASES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO IMEDIATA ILHÉUS-ITABUNA (BAHIA-BRASIL)

## THE TRAJECTORY OF THE BASES OF RURAL DEVELOPMENT IN THE IMMEDIATE REGION OF ILHÉUS-ITABUNA (BAHIA-BRAZIL)

João Gabriel Miranda Ramos de Araújo<sup>1</sup>, Cristiane Aparecida de Cerqueira<sup>2</sup>,  
Carlos Henrique Leite Borges<sup>3</sup>, João Paulo da Silva Ramos<sup>4</sup>

---

### Palavras-chave

Espaço rural.  
Variáveis socioeconômicas e ambientais.

### Resumo

Este trabalho procurou avaliar as bases do desenvolvimento rural (DR) da Região Imediata Ilhéus-Itabuna; especificamente, procurou-se descrever os condicionantes, analisar as características e discutir os efeitos do DR. Para realização dos objetivos foi aplicada a pesquisa documental, para coleta de dados dos anos 2006 e 2017, extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente dos Censos Agropecuários e Demográficos, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), dentre outras fontes. Foram realizadas análises estatístico-descritivas e comparativa. Na região constatou-se número relevante de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, porém, elevado grau de concentração da posse de terras nas mãos dos agricultores não-familiares. Para além da distribuição de terras, grande maioria das variáveis relacionadas aos Condicionantes, Características e Efeitos do DR apresentaram deficiências e discrepâncias, significando que não é possível denominar os municípios como uma região e região desenvolvida. Dos grupos de atividades produtivas, a pecuária e as lavouras permanentes ocupam quase totalidade da área dos estabelecimentos, especialmente a criação de bovinos e o cultivo do cacau. Portanto, para que exista DR na região é fundamental ampliar o acesso a uma gama de bens e serviços públicos, tais como educação, saúde, crédito com reduzidas taxas de juros, assistência técnica, incentivo à diversificação produtiva e alternativas de renda, dentre outras necessidades do elevado percentual da população em condição de pobreza e da grande maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares.

### Classificação JEL

O18.

---

### Keywords

Rural space.  
Socioeconomic and environmental variables.

### Abstract

This study sought to evaluate the foundations of rural development (RD) in the immediate Ilhéus-Itabuna region; specifically, it sought to describe the determinants, analyze the characteristics, and discuss the effects of RD. To achieve these objectives, documentary research was used to collect data from 2006 and 2017, extracted from the Brazilian

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Econômicas (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0603-184X>. Contato: joaogabrielaraujo@outlook.com.

<sup>2</sup> Doutorado em Economia (UFU), Mestrado em Economia Aplicada (USP); Especialização em Economia Regional (1998), Graduação em Ciências Econômicas (UFV). Docente do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da (UESC) e do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3667-3958>. Contato: ccerqueira@uesc.br.

<sup>3</sup> Doutorado em Estado e Sociedade (UFSB), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC), Mestrado em Cultura e Turismo (UESC), Especialização em Economia de Empresas (UESC), Graduação em Ciências Econômicas (UESC). Docente do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC/UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9222-1801>. Contato: chlborges@uesc.br.

<sup>4</sup> Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC), Especialização em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Especialização em Comércio Exterior, Especialização em Controladoria e Finanças, Graduação em Ciências Econômicas (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4636-1915>. Contato: jpauloramos12@gmail.com

Institute of Geography and Statistics (IBGE), primarily from the Agricultural and Demographic Censuses, the Annual Report of Social Information (RAIS), the Bahia Superintendence of Economic and Social Studies (SEI), among other sources. Descriptive and comparative statistical analyses were performed. A significant number of family farms were found in the region, but a high degree of land ownership was concentrated in the hands of non-family farmers. In addition to land distribution, the vast majority of variables related to the Conditions, Characteristics, and Effects of the DR presented deficiencies and discrepancies, meaning the municipalities cannot be classified as a developed region. Among the productive activity groups, livestock and permanent crops occupy almost the entire area of the establishments, especially cattle raising and cocoa cultivation. Therefore, for the DR to exist in the region, it is essential to expand access to a range of public goods and services, such as education, healthcare, credit with low interest rates, technical assistance, incentives for productive diversification, and alternative sources of income, among other needs of the high percentage of the population living in poverty and the vast majority of family farms.



Recebido em: 01/10/2025  
Aceito em: 08/12/2025  
Publicado em: 26/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9idossie.4856>

## 1 INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional, bem como da criação de novos municípios, ocorridos desde a última década do século XX à primeira década do século XXI, em 2017 o IBGE apresenta uma nova Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas (RGIM) e Regiões Geográficas Intermediárias (RGIN) (IBGE, 2017; Santos Neto *et al.*, 2021).

As RGIM têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017).

As RGIN correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as RGIM, com a inclusão de metrópoles ou capitais regionais; onde não existiam metrópoles ou capitais regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos. As RGIN organizam o território, articulando as RGIM por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017).

Nesta nova divisão o estado da Bahia apresenta 34 RGIM, sendo a Região Imediata Ilhéus-Itabuna (RGIM-II) uma delas (IBGE, 2017; Santos Neto *et al.*, 2021). Quase todos os municípios da RGIM-II tiveram ou ainda têm a cacauicultura como atividade importante ou mais importante. Por certo, a monocultura do cacau gerou um processo que resultou em elevada desigualdade, em que poucos foram beneficiados e muitos foram excluídos. E, quando a lavoura cacauieira entrava em crise, toda economia da região era comprometida,

gerando maior nível de pobreza, principalmente para aqueles historicamente sem acessos, dificultando o processo de desenvolvimento (Ortega *et al.*, 2018).

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RGIM-II foi de 0,599, classificado como baixo (IBGE, 2017). Trabalhos científicos contemporâneos, inspirados na pesquisadora Kageyama (2008), têm aplicado para o Brasil (e alguns das Unidades da Federação) a abordagem teórica e metodológica das três bases do desenvolvimento rural (DR), a saber: condicionantes, características e efeitos, o que ainda não foi aplicado para a RGIM-II. Ademais, com a nova definição de RGIM apresenta o enfoque no urbano, torna-se importante questionar: considerando os anos mais recentes, a RGIM-II tem experimentado desenvolvimento rural? Por isto, este trabalho procurou avaliar a trajetória das bases do desenvolvimento rural (DR) da RGIM-II. Especificamente, buscou-se descrever os condicionantes, analisar as características e discutir os efeitos do DR.

Sendo assim, a pesquisa sobre o novo recorte da RGIM-II torna-se importante porque pretende levantar uma discussão a partir das mais recentes teorias e metodologias, e de uma avaliação empírica para maior compreensão da complexidade em torno da temática rural, designadamente das questões relativas ao desenvolvimento rural.

Ao longo dos anos, no Brasil foram instituídas regiões para que os recursos das políticas, ações e programas públicos fossem direcionados de maneira mais apropriada, concreta e sólida, a depender das necessidades de cada realidade regional, visando o desenvolvimento. Deste modo, esta pesquisa pode trazer informações e dados fidedignos fundamentais, auxiliando as análises, proporcionando debates e discussões que fomentem a elaboração de programas, ações e políticas públicas corretamente direcionadas, capazes de minimizarem a pobreza, as desigualdades, refletindo o desenvolvimento rural da RGIM-II.

Neste intuito este trabalho está organizado em mais quatro seções para além dessa introdução. A primeira seção discorre sobre a teoria das três bases (condicionantes, características e efeitos) do DR. A segunda seção detalha a Metodologia, designadamente os indicadores, as variáveis e as fontes de dados das três bases (condicionantes, características e efeitos) do DR. A terceira seção traz os Resultados e a Discussão das três bases (condicionantes, características e efeitos) do DR da RGIM-II. A quarta e última seção apresenta as Considerações Finais.

## **2 AS TRÊS BASES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: a proposição**

Nesta pesquisa o rural não é sinônimo de agrícola. Esta nova forma de encarar o meio rural está pautada nas necessidades de reorientações políticas, criando-se a inevitabilidade de centralização das questões no indivíduo. Assim, as sucessivas tentativas de melhorias nas condições de vida rurais, por meio do crescimento da produtividade e modernização da agricultura, mostraram-se insuficientes. Considerando-se este fracasso, os autores começam a incorporar a importância de compreender o DR como algo que vai além das questões da agricultura (Palácio, 2019).

Dessa forma, o DR reforça a combinação dos aspectos econômicos (aumento e equilíbrio da renda familiar) e sociais (qualidade de vida minimamente aceitável), assim como na diversificação das atividades geradoras de renda, ou seja, na pluriatividade. Portanto, este desenvolvimento estaria amparado na interação de diversos setores produtivos. Assim, aspectos da multifuncionalidade e multissetorialidade apresentariam papéis de grande relevância (Palácio, 2019).

Ademais, o espaço rural trata-se de um “objeto” de estudo complexo (Marquez, 2002). Sendo assim, o DR não deve ser somente pautado na questão do crescimento econômico, mas também como um processo que engloba múltiplas dimensões, a saber: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental. Desta forma, o DR está baseado, também, em questões que englobam indicadores de bem-estar que corroboraram para o desenvolvimento humano, como também indicadores de sustentabilidade ambiental (Kageyama, 2008).

Por isto, Kageyama (2008) e Oderich (2020) dividem o DR em três bases: i) Condicionantes; ii) Características; e, iii) Efeitos. A respeito dos fatores “Condicionantes do DR”, estes identificam as condições estruturais que formam a base territorial, na qual desenrolam-se os processos de transformação das atividades e da população. Deste modo, ao se avaliar as bases demográficas e econômicas é possível verificar a potencialidade do desenvolvimento do território. Os “Condicionantes do DR”, são: dotação de riqueza inicial, no qual o PIB e o PIB *per capita* representam os indicadores mais genéricos e acessíveis para descrevê-lo. Também envolvem o grau de isolamento do local, considerando as acessibilidades, a facilidade ou dificuldades de distribuição, concentração ou dispersão demográfica, infraestrutura de transportes e comunicação. Além disso, os condicionantes do DR envolvem a presença da agricultura familiar, sobre a qual se pautam questões como estrutura fundiária, ocupação da mão de obra e produção agrícola e nível de diversificação.

As “Características do DR” são analisadas por meio de três questões: a agricultura, aspectos ambientais e a pluriatividade. Em relação às características da agricultura, estas podem ser explicadas por um conjunto de fatores de produção (terra, trabalho, capital) com diferentes combinações que formam sistemas de produção distintos. Além de outros indicadores, em relação à produtividade da terra e do trabalho, é possível selecionar duas variáveis (valor da produção por hectare e por pessoa ocupada) que expressam de maneira simplificada as principais diferenças entre regiões (Kageyama, 2008; Oderich, 2020).

Já a respeito das características ambientais, pode-se utilizar diversas formas para avaliar sua preservação e sua sustentabilidade, como os indicadores do consumo de agrotóxicos na produção (considerando sua nocividade ao meio ambiente), localidades que possuem instituições (órgãos e legislações) direcionadas ao controle ambiental e regiões que apresentam problemas ambientais em relação à agropecuária, tais como poluição do ar, contaminação da água e ou dos solos devido a utilização de agrotóxicos (Kageyama, 2008; Oderich, 2020).

Em relação à pluriatividade, destaca-se a importância da consolidação de outras atividades e não unicamente a agricultura, que permite diversificação da renda, possibilitando

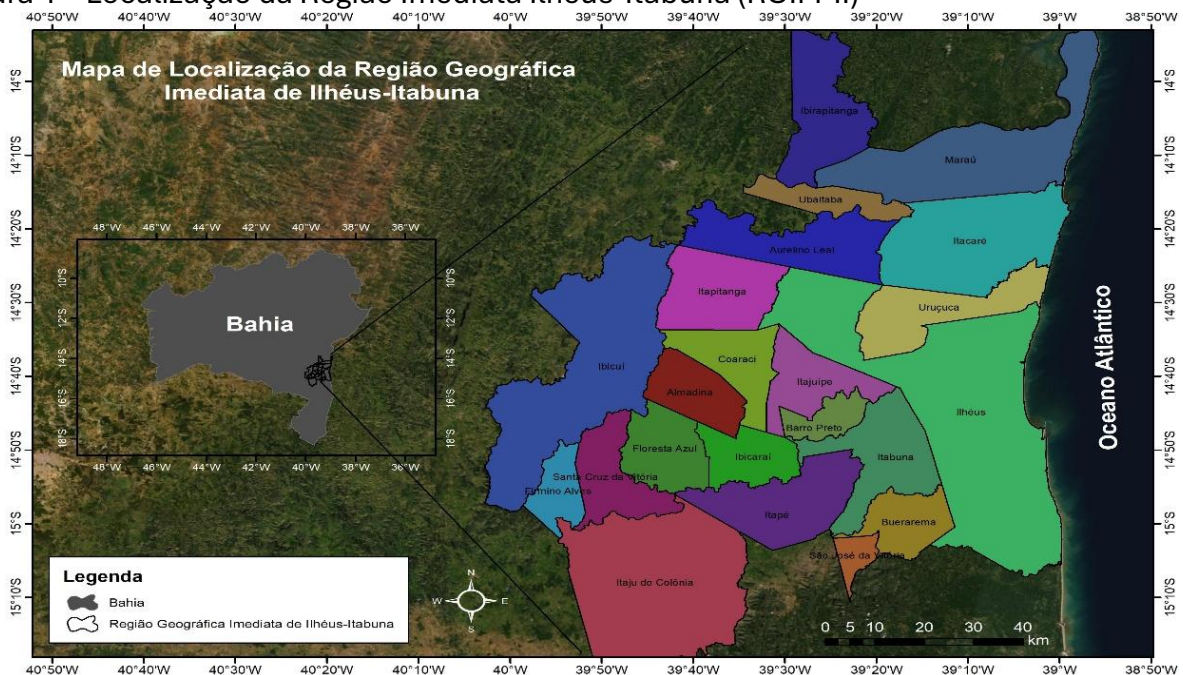
incrementos produtivos à atividade agrícola, bem como acumulação de capital. Vale ressaltar que esta diversificação proporciona segurança diante das intempéries da agricultura, como os riscos climáticos por exemplo (Kageyama, 2008; Oderich, 2020).

Os “Efeitos do DR” abarcam os resultados provenientes de uma adequada dinamização, com benefícios para a população, refletindo aspectos como a diminuição do êxodo rural, aumento da renda e redução da pobreza, formalização do mercado de trabalho, acesso à educação e melhores condições de vida que sugerem um padrão de qualidade de vida e bem-estar (Kageyama, 2008; Oderich, 2020). Portanto, são atribuídos diferentes indicadores, a cada uma das dimensões (condicionantes, características e efeitos) que, juntas, possibilitam avaliar o DR de cada localidade.

### 3 AS TRÊS BASES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: a metodologia

A RGIM-II fica localizada na parte sul do território baiano, e é formada por 22 municípios (em 10.755,851 km<sup>2</sup>), a saber: Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Maraú, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória, Ubaitaba e Uruçuca (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Região Imediata Ilhéus-Itabuna (RGIM-II)



Fonte: Elaborado com base em IBGE (2017) e Santos Neto *et al.* (2020)

Semelhante ao que foi realizado por Oderich (2020) e Ramos (2022), para alcance dos objetivos específicos propostos neste trabalho foi aplicada a pesquisa documental, para a coleta de dados secundários de diferentes anos. As fontes foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente os Censos Agropecuários (2006 e 2017) e os

Censos Demográficos (2010); salienta-se que na ausência de dados recentes do Censo Demográfico, que não foi realizado em 2020/2021, foram selecionadas variáveis *proxies* em outras fontes. Ademais, foram utilizados documentos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), e de outras instituições.

As informações sobre o mercado de trabalho formal, que compuseram alguns indicadores da dimensão de Condicionantes/Características, foram obtidas a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. Especificamente, o trabalho utilizou dados agregados (tabelas publicadas) da RAIS nos anos de 2006 e 2017, com nível de agregação municipal para os municípios que compõem a Região Imediata Ilhéus-Itabuna

Os dados secundários foram coletados de acordo com os indicadores e variáveis das três bases do DR: i) Condicionantes; ii) Características; iii) Efeitos. As variáveis e dados dos indicadores referentes aos “Condicionantes do DR (aspectos demográficos, sociais e econômicos)”, foram:

- a) Riqueza ou dotação inicial de fatores: população residente total, estabelecimentos de saúde (quantidade de leitos de internação, taxa de estabelecimentos de saúde, quantidade de leitos de internação, profissionais de saúde, taxa de profissionais de saúde), PIB municipal, participação do PIB municipal no PIB da RGIM-II, PIB *per capita* municipal, VAB total, VAB agropecuário e sua participação no VAB total, VAB de serviços privados e sua participação no VAB total, VAB da administração pública e sua participação no VAB total, e VAB industrial e sua participação no VAB total;
- b) Isolamento territorial e sua infraestrutura (indicador das distâncias econômicas, dos contatos e das acessibilidades): densidade demográfica, número de máquinas, instrumentos agrários e veículos do estabelecimento, número de máquinas, instrumentos agrários e veículos por estabelecimento, acesso à informação técnica (TV, internet, rádio ou nenhum), estabelecimentos que produzem para comercializar e sua proporção e estabelecimentos dirigidos por pessoas que residem em outro local, sem ser o próprio estabelecimento;
- c) Presença da agricultura familiar: estabelecimentos agropecuários, estabelecimentos agropecuários familiares e sua proporção, estabelecimentos agropecuários não-familiares e sua proporção, área média dos estabelecimentos (ha), área média dos estabelecimentos familiares, área média dos estabelecimentos não-familiares, Índice de *Gini* da distribuição da posse de terras, valor da produção dos estabelecimentos familiares e sua proporção;
- d) Fatores de acesso à educação e cidadania: taxa de matrículas no ensino fundamental, taxa de matrículas no ensino médio, eleitores faltosos e sua porcentagem, produtores associados e sua porcentagem.

As variáveis e dados dos indicadores referentes às “Características do DR”, foram:

- a) Características da agropecuária (produtividade e diversificação agropecuária): valor da produção por hectare, valor da produção por pessoa ocupada, área ocupada com o principal grupo de atividades produtivas (pecuária) e sua porcentagem, área ocupada pelo segundo grupo de atividades produtivas (lavouras permanentes) e sua porcentagem, área ocupada com a principal atividade pecuária (bovinos) e sua porcentagem, área ocupada com a principal cultura (cacau) e sua porcentagem;
- b) Características ambientais (preservação ambiental): estabelecimentos que não utilizam agrotóxico e sua porcentagem, estabelecimentos que utilizam da agropecuária orgânica e sua porcentagem, estabelecimentos que utilizam plantio em curva de nível e sua porcentagem, estabelecimentos que protegem e conservam encostas e sua porcentagem, estabelecimentos que utilizam rotação de culturas e sua porcentagem, área dos estabelecimentos que possuem matas e florestas e sua porcentagem, área de pastagem natural, área de pastagem plantada, relação entre áreas de pastagem plantada e de pastagem natural, e relação entre área de lavouras e de outros usos;
- c) Pluriatividade: estabelecimentos pluriativos e sua proporção, ocupações não-agrícolas e sua proporção, rendimentos das ocupações não-agrícolas e sua proporção.

As variáveis e dados dos indicadores referentes aos “Efeitos do DR”, foram:

- a) Elementos que influenciam o funcionamento do estabelecimento agropecuário: produtores que sabem ler e escrever e sua proporção, produtores que possuem o 1º grau e sua proporção, produtores que possuem o 2º grau e sua proporção, proprietários e sua proporção, estabelecimentos dirigidos pelo produtor e seu percentual, estabelecimentos que obtiveram recursos governamentais e sua proporção, estabelecimentos que recebem orientações técnicas do governo e de cooperativas e sua proporção, estabelecimentos que possuem energia elétrica e sua proporção, e estabelecimentos que possuem unidades armazenadoras e sua proporção;
- b) Ocupação/trabalho, elevação da renda e redução da pobreza: ocupados, ocupados no setor agropecuário e sua taxa, renda média nominal dos ocupados, renda média nominal dos ocupados no setor agropecuário, receita da produção do estabelecimento agropecuário e sua porcentagem, participação das receitas e rendas dos agricultores familiares na renda rural, renda por estabelecimento agropecuário, pessoas cadastradas no Cadastro Único e sua proporção.

Os dados primários para a análise do perfil rural foram extraídos dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e do Censo Demográfico de 2010, todos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes censos foram a base para a construção dos indicadores das dimensões de Condicionantes, Características e Resultados do DR, fornecendo informações em nível municipal e de estabelecimentos agropecuários."

Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva e comparativa. De acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 52), “[...] a estatística descritiva univariada tem por objetivo

principal o estudo aprofundado do comportamento de determinada variável de cada vez, em relação a valores centrais, dispersões ou às formas de distribuição de seus valores em torno da média”. As medidas de posição (tendência central, especificamente valores mínimos, máximos e média aritmética), distribuição de frequências e medidas de dispersão (variância, desvio padrão e coeficiente de variação), foram úteis para verificar os principais atributos da RGIM-II, para identificar se tem ou não perfil rural e se ela é ou não homogênea nos “Condicionantes, Características e Efeitos do DR”.

De acordo com Fávero *et al.* (2009), a variância é uma medida de dispersão dos dados em torno da média. Assim, quanto maior for o valor desta, mais distante os dados estarão do valor médio da variável. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância, que estima a distância dos dados em relação ao valor médio da variável. O coeficiente de variação (CV) indica que: CV acima de 30%, o conjunto de dados pode ser considerado heterogêneo; CV abaixo de 30%, o conjunto de dados é considerado homogêneo. A intensão aqui foi avaliar se nos anos mais recentes houve homogeneidade ou heterogeneidade dos “Condicionantes, Características e Efeitos do DR” entre os municípios da RGIM-II.

Conforme Gil (2018), a análise comparativa é importante na avaliação de indivíduos, fenômenos, classes, buscando-se evidenciar as diferenças e similaridades em um determinado espaço de tempo. A proposta aqui foi verificar o que ocorreu com “Condicionantes, Características e Efeitos do DR” da RGIM-II ao longo dos últimos anos.

É importante destacar que não foram utilizadas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD, PNAD Contínua) ou Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) na presente análise. O trabalho utilizou exclusivamente dados censitários e dados agregados de outras instituições, garantindo a comparabilidade e a validade estatística das estatísticas descritivas em nível municipal.

#### **4 AS TRÊS BASES DO DESENVOLVIMENTO RURAL (DR): o caso da Região Imediata Ilhéus-Itabuna (RGIM-II)**

A partir do modelo teórico da Kageyama (2008)<sup>5</sup> e da pesquisa realizada por Oderich (2020) e Ramos (2022), esta seção apresenta as bases (dos condicionantes, das características e dos efeitos) do DR dos municípios da RGIM-II, para os anos de 2006 e 2017. Além disto, por meio das estatísticas descritivas, a intensão é avaliar se, nestes anos, a referida região possuía ou não coesão territorial, no que diz respeito à homogeneidade das bases do DR entre os municípios, visando identificar perfis, problemas e possíveis soluções capazes de refletir qualidade de vida no espaço rural.

---

<sup>5</sup> Maiores detalhes sobre este modelo teórico, ver a seção 2 deste trabalho.

#### 4.1 Condicionantes do Desenvolvimento Rural (DR) da Região Imediata Ilhéus-Itabuna

Os “Condicionantes” indicam o potencial das bases territoriais que favorecem o DR, e englobam: i) Riqueza ou dotação inicial de fatores (naturais, econômicos, sociais e demográficos), ii) Isolamento territorial e sua infraestrutura, iii) Presença da agricultura familiar e iv) Fatores de acesso à educação e cidadania.

No ano de 2006, a RGIM-II possuía 716.612 habitantes, 5,14% da população baiana (de 13.950.146 habitantes). Em média, eram 32.573 pessoas por município; todavia o CV, de 180,68%, indicou heterogeneidade desta população, quando o menor número de residentes estava em São José da Vitória (4.326) e o maior em Ilhéus (220.932). Em 2017, a região registrou 696.418 moradores, 4,54% da população baiana (de 15.344.447). Em média eram 31.655 pessoas por município; contudo, o CV, de 173,62%, definiu condições heterogêneas entre os municípios, quando a menor população era de Firmino Alves (5.822) e a maior em Itabuna (221.046). Assim, pela população total, tanto em 2006 quanto em 2017, a referida região pôde ser classificada como de perfil rural<sup>6</sup>, embora não homogênea, pois haviam municípios de perfil mais urbano como Ilhéus e Itabuna (Tabela 1).

Em relação às questões sociais, em 2006 existiam na RGIM-II 2.382 leitos de internação. Dessa forma, neste ano, eram aproximadamente três leitos (3,32) disponíveis para cada mil habitantes; número mais elevado que do estado da Bahia (de 2,21). O CV, de 224,77%, apresentou heterogeneidade entre os municípios, com a maior taxa de leitos para internação, de 16,41, em São José da Vitória, e a menor taxa de 1,29 em Ibicuí. Em 2017, o número de leitos da região decresceu para 1.744; neste ano, na referida região havia a disponibilidade de mais de dois leitos (2,50) para cada mil moradores, quando na Bahia não chegava a dois leitos (1,92) por mil habitantes. O CV, de 107,65%, apresentou heterogeneidade, com a maior taxa, de 5,28, em Barro Preto, e a menor, de 1,23, em Ibirapitanga (Tabela 1).

Ainda sobre as condições sociais, em 2007<sup>7</sup> haviam 5.218 especialistas da saúde na RGIM-II, mais de sete profissionais da saúde para cada mil habitantes, 7,28; em média eram 237 profissionais por município. Em termos da taxa de profissionais de saúde, o CV de 215,13% comprova a diferença entre o município com pior (Itapé com 3,53) e melhor situação (Itabuna com 9,92). Em 2017 a quantidade de tais profissionais da região aumentou para 8.934; em média eram 406 profissionais por município. O CV de 231,58%, atesta a discrepância entre o município com menor taxa de profissionais de saúde (Itajuípe com 6,33) e o município com maior taxa (Itabuna com 18,16) (Tabela 1).

<sup>6</sup> Uma microrregião geográfica de perfil rural possui densidade demográfica de até 80 hab./km<sup>2</sup> e população média de 50.000 habitantes por município componente (BRASIL, 2005)

<sup>7</sup> Os dados referentes à profissionais de saúde foram do ano de 2007 por ausência dos dados do ano de 2006.

Tabela 1 – Dotação inicial de fatores (demográficos, sociais e econômicos) dos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, 2006 e 2017

Variáveis	2006					
	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
População residente total (pessoas)	716.612	-	32.573	4.326	220.932	180,68
Est. saúde: leitos internação (unidades)	2.382	-	108,27	13	977	224,77
Est. saúde: leitos internação (%)	-	60,80	2,76	1,29	16,41	126,58
Profissionais de saúde (pessoas)*	5.218	-	237	24	2.034	215,13
Taxa de profissionais de saúde (%)*	-	7,28	5,95	3,53	9,92	27,98
PIB dos municípios (R\$1.000)	7.446.531	-	338.478	30.126	3.107.157	240,22
PIB municipal/PIB Região (%)	-	-	4,55	0,40	41,73	240,22
PIB <i>per capita</i> da Região (R\$1.000)	10,39	-	6,81	4,00	14,06	36,12
VAB Total (R\$1.000)	6.422.781	-	291.945	28.633	2.572.439	232,90
VAB Agropecuário (R\$1.000)	473.930	-	21.542	3.398	94.099	97,19
VAB Agropecuário (%)	-	7,38	37,75	1,34	83,62	56,04
VAB Não-Agropecuário (R\$1.000)	5.948.858	-	270.403	21.584	2.478.340	246,98
VAB Não-Agropecuário (%)	-	92,62	78,46	52,28	99,24	15,39
Variáveis	2017					
	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
População residente total (pessoas)	696.418	-	31.655	5.822	221.046	173,62
Est. saúde: leitos internação (unidades)	1.744	-	134,15	12	672	171,01
Est. saúde: leitos internação (%)	34,11	-	1,55	1,23	5,28	107,65
Profissionais de saúde (pessoas)*	8.934	-	406,09	54	4.015	231,58
Taxa de profissionais de saúde (%)*	-	12,83	9,64	6,33	18,16	28,27
PIB dos municípios (R\$1.000)	10.468.620	-	475.846	42.994	3.987.299	234,25
PIB municipal/PIB Região (%)	-	-	4,55	0,41	38	234,25
PIB <i>per capita</i> da Região (R\$1.000)	15,03	-	9,68	6,79	21,76	36,63
VAB Total (R\$1.000)	9.397.848	-	427.175	41.825	3.568.322	228,72
VAB Agropecuário (R\$1.000)	527.865	-	23.994	3.838	117.795	97,45
VAB Agropecuário (%)	-	5,62	16,13	0,45	31,75	55,14
VAB Não-Agropecuário (R\$1.000)	8.869.976	-	403.181	34.913	3.552.258	239,00
VAB Não-Agropecuário (%)	-	94,38	83,86	68,25	99,55	10,61

Fonte: IBGE (2021) e CNES (2021).

Nota: \* Os dados referentes à profissionais de saúde foram de 2007, por ausência dos dados de 2006.

Mas, cabe aqui ressaltar que, na RGIM-II, existem municípios, como Ilhéus e Itabuna, cujos leitos de internação e profissionais de saúde atendem não apenas os seus residentes, como também moradores de municípios vizinhos. Estes municípios, considerados como polos de saúde, apresentam tecnologia de ponta, equipamentos modernos, com acesso completamente gratuito e atendendo aproximadamente um milhão de habitantes dos 22 municípios da região. Ademais, vale mencionar a recém-construção dos hospitais Regional

Costa do Cacau (em 2017), em Ilhéus, e o Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio (em 2021), em Itabuna, visa expandir o acesso à saúde regional.

No que diz respeito à riqueza ou dotação inicial de fatores econômicos, no ano de 2006 a RGIM-II apresentava PIB total de R\$7.446.531.000,00, representando 4,46% do PIB baiano (R\$167.081.429). Os municípios apresentaram, em média, PIB de R\$338.478.000, porém o CV de 240,22% indicou heterogeneidade, também confirmada pela diferença entre o menor PIB (de R\$30.126 em Firmino Alves) e o maior PIB (de R\$3.107.157 em Ilhéus). Em 2017 o PIB da região era de R\$10.468.620.000, representando somente 3,90% do PIB baiano (R\$268.724.090.000). O CV de 234,25% indicou elevada heterogeneidade entre os municípios, quando Firmino Alves continuou a ser o município com a menor capacidade de gerar produção interna, R\$42.944; já Itabuna apresentou o maior PIB, de R\$3.987.299 (Tabela 1).

Mesmo sendo uma média, que oculta os casos extremos de pequena e elevada riqueza, e que sofre interferência da população total, o PIB *per capita* foi utilizado como medida de dotação inicial de fatores econômicos da RGIM-II. No ano de 2006, a região apresentava PIB *per capita* de R\$10.390, enquanto o do estado da Bahia era de R\$11.980. O CV do PIB *per capita*, de 36,12%, indicou heterogeneidade, embora relativamente reduzida. Nesse ano, Itapé apresentou o menor PIB *per capita*, de R\$4.000, e Ilhéus o maior PIB *per capita*, de R\$14.060. No ano de 2017, o PIB *per capita* da região salta para R\$15.030, enquanto o da Bahia aumenta para R\$17.051. O CV de 36,63% indicou relativa heterogeneidade, dado que o município com o menor PIB *per capita*, foi Floresta Azul, com R\$6.790, já o maior permaneceu sendo Ilhéus, com R\$21.760. Portanto, em ambos os anos, o PIB *per capita* apresentou reduzida heterogeneidade (Tabela 1).

Considerando o valor que cada atividade econômica adiciona, o VAB agropecuário compreende a contribuição que o setor agrícola e pecuário acresce ao valor total da produção de um determinado território, em um dado período de tempo. No ano de 2006, o VAB agropecuário da RGIM-II totalizou R\$473.930.000, ou 7,38% do VAB total. Já no ano de 2017, o VAB agropecuário da região atingiu o valor de R\$527.865.000, passando a representar 5,62% do VAB total. Vale salientar que, pelo perfil dos produtos agropecuários, naturalmente de menor valor agregado, o VAB agropecuário é menor que o VAB do setor secundário (indústria) e do setor terciário (comércio e serviços). Por mais, o CV, de 97,19%, em 2006, e de 97,45%, em 2017, possibilitou constatar heterogeneidades do VAB agropecuário. Nos dois períodos pesquisados o menor VAB agropecuário fora do município de São José da Vitória, com o valor, respectivamente, de R\$3.398.000 e R\$3.838.000; o maior VAB agropecuário foi do município de Ilhéus, tanto em 2006 (R\$94.099.000) como em 2017 (R\$117.795.000) (Tabela 1).

O VAB não-agropecuário, corresponde à soma do VAB de serviços privados, da administração pública e do setor industrial. No ano de 2006 a RGIM-II apresentava VAB não-agropecuário de R\$5.948.858.000, correspondendo 92,62% do VAB total. Em 2017 o VAB não-agropecuário da região era de R\$8.869.976.000, representando 94,38% do VAB total (Tabela 1). Segundo Kageyama (2008), nas áreas de perfil rural as atividades não-agro também estão

presentes como resultado das transformações ocorridas após a Revolução Verde<sup>8</sup> e das características do Novo Rural<sup>9</sup>. Por isto, mesmo formado por muitos municípios de perfil rural, o VAB não-agropecuário da RGIM-II gera valor muito maior que o VAB agropecuário.

Neste trabalho também foram considerados os indicadores dos “Condicionantes do DR”, relacionados ao isolamento territorial, que facilita ou dificulta as distâncias econômicas, contatos e acessibilidades. Especificamente as inter-relações territoriais são avaliadas em termos da densidade demográfica, percentual de estabelecimentos que comercializa e cujos dirigentes residem em outro local, além do número de máquinas, equipamentos e veículos por estabelecimento. Mas, cabe destacar aqui que, destes indicadores, apenas a densidade demográfica apresentava dados para os dois anos pesquisados.

Em 2006, na RGIM-II existia 0,89 hab./km<sup>2</sup>, enquanto no estado da Bahia a densidade demográfica era de 0,47 hab./km<sup>2</sup>. Em 2006, o município mais populoso era Itabuna (6,12 hab/km<sup>2</sup>) e o menos populoso era Itaju do Colônia (0,12 hab/km<sup>2</sup>). No ano 2017, a densidade demográfica da região reduziu para 0,86 hab./km<sup>2</sup>, enquanto a da Bahia era 0,45 hab./km<sup>2</sup>. Itabuna (com 7,43 hab/km<sup>2</sup>) permaneceu como o município mais populoso, e Itaju do Colônia (com 0,07 hab/km<sup>2</sup>) como o menos populoso (Tabela 2). O CV de 2006 (138,66%) e de 2017 (157,13%) confirmam as discrepâncias. Através destes resultados pode-se constatar o perfil rural e considerável grau de isolamento territorial em boa parte dos municípios da região, à exceção de Itabuna e Ilhéus para onde convergem os fluxos de migração de pessoas em busca de bens e serviços do comércio, da indústria, educacionais, de saúde, dentre outros.

Em 2017, na RGIM-II existiam 16.558 (87,78%) estabelecimentos que produziam para comercializar. Em Buerarema, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itapé e Ubaitaba todas as propriedades comercializavam sua produção; mesmo elevado, o menor percentual foi em Firmino Alves (60,39%) (Tabela 2). Vale ressaltar que, segundo Kageyama (2008), a comercialização gera benefícios, no sentido que sugere a interação entre os indivíduos e os negócios, possibilitando a ampliação de informações, conhecimento, rendas e conseqüentemente do DR. Todavia, é importante associar esta informação com a tipologia de estabelecimentos agropecuários da região (se maior ou menor a presença de agricultores familiares, por exemplo) e com os tipos principais de produtos produzidos e comercializados (se voltados ao mercado interno ou ao mercado externo).

Quando o proprietário do estabelecimento reside em outro local, aumenta a necessidade de deslocamentos, conseqüentemente há redução do isolamento territorial, contribuindo também para o DR (Kageyama, 2008). No ano de 2017, na RGIM-II existiam 7.091 (37,59%) estabelecimentos cujo proprietário residia fora. O CV de 28,20% sinaliza homogeneidade entre os municípios, mesmo que Firmino Alves tenha registrado o maior percentual, 70,05%, e Buerarema o menor, 23,29% (Tabela 2).

<sup>8</sup> Revolução Verde foi o processo de transferência de conhecimento produtivo agrícola modernizado dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, que permitiu que a capacidade produtiva se elevasse (Ramos, 2022).

<sup>9</sup> Após a Revolução Verde, não apenas as atividades do setor primário passaram a estarem presentes no espaço rural, mas também as atividades do setor secundário e terciário, à montante e à jusante, fora e dentro das porteiras estabelecendo o Novo Rural (Ramos, 2022).

Tabela 2 – Isolamento territorial (e sua infraestrutura) nos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2017

Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	0,86	-	0,97	0,07	7,43	157,13
Máquinas, instrumentos, veículos (n)	1.071	-	6,84	1,06	24,10	100,54
TV para informações técnicas (n)	6.456	-	293,45	6	872	88,58
TV para informações técnicas (%)	-	34,22	41,36	3,05	84,69	55,05
Internet para informações técnicas (n)	1.504	-	68,36	5	274	84,43
Internet para informações técnicas (%)	-	7,97	10,97	2,27	29,32	66,54
Rádio para informações técnicas (n)	4.327	-	206,05	3	827	98,34
Rádio para informações técnicas (%)	-	22,94	29,69	1,45	72,38	77,28
Não recebem informações técnicas (n)	7.120	-	339,05	11	2.066	145,22
Não recebem informações técnicas (%)	-	37,74	30,04	5,58	66,37	64,84
Produzem para comercializar (n)	16.558	-	752,64	125	3.166	105,85
Produzem para comercializar (%)	-	87,78	90,41	60,39	100	12,85
Quem dirige reside em outro local (n)	7.091	-	322,32	67	1.368,00	99,87
Quem dirige reside em outro local (%)	-	37,59	42,37	23,29	70,05	28,20

Fonte: IBGE (2021).

Quanto maior a quantidade de máquinas, instrumentos e, principalmente, veículos, maior será a possibilidade de inter-relação entre os indivíduos e aptidão de troca de informações e aprendizados, e conseqüentemente maior DR (Kageyama, 2008). Em 2017 a RGIM-II contava com 1.071 com máquinas, instrumentos agrários e veículos por estabelecimento. O CV, de 100,54%, constatou heterogeneidade, e o município com maior número de equipamentos por estabelecimento foi Itaju do Colônia (24,10); já o menor foi Aurelino Leal (1,06) (Tabela 2).

Há menor isolamento territorial, maior inter-relação e DR se houver amplo acesso à informações técnicas<sup>10</sup> proporcionada pelos meios de comunicação. Neste quesito, na RGIM-II haviam 6.456 (34,22%) estabelecimentos obtendo informações técnicas por meio da televisão, cujo CV de 55,05% é resultado da heterogeneidade entre o município de menor (Almadina: 3,05%) e o de maior (Itaju do Colônia: 84,69%) percentual. Do total, 4.327 (22,94%) propriedades receberam informações técnicas via rádio; e, apenas 1.504 (7,97%) estabelecimentos obtiveram informações técnicas via internet. Cabe ressaltar que 7.120 (37,74%) ou mais de 1/3 das propriedades não receberam informações capazes de qualificar a produção, dificultando o processo que leva ao DR (Tabela 2).

Igualmente, a presença da agricultura familiar (AF) faz parte dos indicadores dos “Condicionantes do DR”, porque segundo Kageyama (2008) o DR de uma determinada localidade só é possível quando a AF é beneficiada pelo acesso à posse de terras e demais condições que visam facilitar o processo produtivo, promover a geração de renda e bem-estar desta categoria de produtor. Antes de apresentar e discutir sobre a presença da AF, inicialmente, fora brevemente caracterizado a estrutura fundiária da RGIM-II em 2006 e 2017,

<sup>10</sup> Informações técnicas não significa assistência técnica.

procurando identificar o número de estabelecimentos e a área das propriedades dos pequenos, médios e grandes produtores. Para tanto, os dados do número e da área dos estabelecimentos agropecuários foram organizados em 8 estratos<sup>11</sup>, obtidos dos estratos<sup>12</sup> disponíveis na base de dados dos Censos Agropecuário.

No ano de 2006, pequenas propriedades (com áreas entre 0 a 100 ha), correspondiam a 88,44% dos estabelecimentos da RGIM-II, mas que ocupavam apenas 32,97% da área total. Ademais, as médias propriedades (com área de 100 a menos de 1.000 ha), eram 10,17% dos estabelecimentos que ocupavam 51,84% da área total. Adiante, grandes propriedades (com 1.000 ha ou mais), representavam 0,40% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando 9,58% da área total do território. Portanto, em 2006 a referida região possuía nítida concentração de terras (Tabela 3).

Tabela 3 – Classes, em número de estabelecimentos e área (hectares), da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2006 e 2017

Classes de área	2006				2017			
	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (%)	Área (%)	Est. (nº)	Área (ha)	Est.(%)	Área (%)
0 ≤ ha < 2	1.873	1.657	11,13	0,21	2.564	2.215	13,61	0,27
2 ≤ ha < 5	2.526	7.499	15,01	0,93	3.388	10.123	17,98	1,25
5 ≤ ha < 10	2.848	18.545	16,92	2,30	3.578	23.757	18,99	2,94
10 ≤ ha < 20	3.140	40.930	18,66	5,08	3.402	44.363	18,05	5,50
20 ≤ ha < 50	2.951	90.587	17,53	11,23	2.845	85.939	15,10	10,65
50 ≤ ha < 100	1.547	106.592	9,19	13,22	1.443	99.495	7,66	12,33
0 ≤ ha < 100	14.885	265.810	88,44	32,97	17.220	265.892	91,37	32,94
100 ≤ ha < 1000	1.712	417.966	10,17	51,84	1.537	372.626	8,16	46,16
ha ≥ 1000	68	77.210	0,40	9,58	89	77.583	0,47	9,61
<b>Total</b>	<b>16.830</b>	<b>806.315</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>18.846</b>	<b>807.186</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2006); IBGE (2017)

Em 2017, 91,37% dos pequenos estabelecimentos agropecuários (com menos de 100 ha) da RGIM-II passaram a ocupar 32,94% da área total, enquanto 8,16% dos médios estabelecimentos (com área de 100 a menos de 1.000 ha) ocupavam 46,16% da área total. Já grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha) que totalizava 0,47% passaram a corresponder à 9,61% da área total. Portanto, em comparação com o ano de 2006, em 2017 também fora possível constatar padrões de concentração de distribuição fundiária na região, com pequenas diferenças, relatando permanência do modelo de estrutura fundiária concentrada, que já ocorria nos anos anteriores, em que as muitas pequenas propriedades possuíam reduzidas áreas, enquanto as poucas médias e grandes propriedades possuíam elevada posse de terras (Tabela 3).

<sup>11</sup> Os 8 estratos de área utilizados neste estudo variam entre as classes 0 a menos de 2 hectares e 1000 hectares a mais.

<sup>12</sup> No Censo Agropecuário de 2006 há 17 estratos de área que variam entre mais de 0 a menos de 0,1 hectares e 2.500 hectares e mais, excluindo-se a categoria produtor sem área. No Censo Agropecuário de 2017 há 18 estratos de área que variam entre mais de 0 a menos de 0,1 hectares e 10.000 hectares e mais.

Dentre outros critérios, um estabelecimento agropecuário familiar é aquele que possui área com até 4 módulos fiscais. Segundo a Embrapa (s.d.)<sup>13</sup> grande maioria<sup>14</sup> dos municípios da RGIM-II possui módulo fiscal de 20 hectares. Então, na referida região os estabelecimentos familiares possuem até 80 hectares (Tabela 4), e por isto fazem parte do grupo dos pequenos produtores, que como descrito anteriormente são muitos, porém com reduzida posse de área.

Tabela 4 – Presença da agricultura familiar nos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2006 e 2017

Variáveis	2006					
	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Est. agropecuários (unidades)	16.830	-	765	174	3.346	107,10
Est. agropecuários familiares (n)	11.337	-	515,32	63	2.095	115,75
Est. agropecuários familiares (%)	-	67,36	61,48	25,93	87,66	25,43
Est. agropecuários não-familiares (n)	5.493,00	-	249,68	50	1.426	113,20
Est. agropecuários não-familiares (%)	-	32,64	38,52	12,34	74,07	40,60
Área média est. (ha)	47,91	-	65,64	21,64	254,63	74,52
Área média est. familiares (ha)	-	-	-	-	-	-
Área média est. não-familiares (ha)	-	-	-	-	-	-
Valor produção est. familiares (R\$ mil)	-	-	-	-	-	-
Valor produção est. familiares (%)	-	-	-	-	-	-
Variáveis	2017					
	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Est. agropecuários (unidades)	18.864	-	857,45	197	3.559	108,29
Est. agropecuários familiares (n)	13.440	-	610,91	107	2.493	112,45
Est. agropecuários familiares (%)	-	71,25	68,50	50,81	80,96	12,60
Est. agropecuários não-familiares (n)	5.424	-	246,55	56	1.066	101,49
Est. agropecuários não-familiares (%)	-	28,75	31,50	19,04	49,19	27,41
Área média est. (ha)	42,79	-	70,81	17,89	333,45	96,26
Área média est. familiares (ha)	14,38	-	21,16	10,02	96,17	84,06
Área média est. não-familiares (ha)	113,18	-	170,99	41,42	578,59	84,63
Valor produção est. familiares (R\$ mil)	151.266	-	6.875,73	936	29.369	98,02
Valor produção est. familiares (%)	31,11	-	30,04	10,34	59,39	46,97

Fonte: IBGE (2021).

Designadamente, a presença da AF pode ser analisada por meio da posse de terras, em termos da área média e do valor da produção. Em 2006 a região pesquisada apresentava 16.830 estabelecimentos agropecuários; destes, 11.337 (67,36%) eram da AF, cujo CV de 25,43% indica homogeneidade entre os municípios, mesmo com a diferença entre o maior (Itacaré: 87,66%) e o menor (Itajú do Colônia: 25,93%) percentual. Em 2017, a região continha 18.864 estabelecimentos agropecuários, dos quais 13.440 (71,25%) eram da AF, com CV de

<sup>13</sup> Tendo como fonte o INCRA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, s.d.) disponibiliza o valor, em hectare, do módulo fiscal de cada município brasileiro.

<sup>14</sup> À exceção de Ibicuí, Itajú do Colônia e Santa Cruz da Vitória, os demais municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, cada um tem módulo fiscal de 20 hectares.

12,60%, que revela homogeneidade, mesmo com a discrepância entre o maior (Uruçuca: 80,96%) e o menor (Itajú do Colônia: 50,81%) percentual. Portanto, nos dois anos analisados era comum a presença de produtores familiares (Tabela 4).

No ano de 2017, os estabelecimentos familiares da RGIM-II auferiram quase R\$152 milhões de valor da produção, que representou 31,11% do valor da produção total, contra aproximadamente R\$335 milhões (ou 68,89%) representados pelos estabelecimentos não-familiares. O município com maior valor da produção da AF foi Ilhéus, quase R\$30 milhões, e o município com menor valor foi Santa Cruz da Vitória, com apenas R\$936 mil. O CV de 46,97% também comprova a heterogeneidade entre os municípios da região, demonstrando discrepância considerável entre os municípios quando se considera os maiores e menores valores auferidos do valor da produção dos estabelecimentos familiares, algo negativo ao DR da região (Tabela 4).

O último grupo de variáveis relacionadas aos “Condicionantes do DR” diz respeito aos indicadores de acesso à educação e cidadania, que foram discutidos a partir do nível de escolaridade, da participação nos processos eleitorais e do associativismo. No ano de 2006 1.920 (0,42%) eleitores da RGIM-II faltaram às eleições; o CV de 40,55% resume a heterogeneidade em que os municípios apresentaram discrepância na quantidade de eleitores faltosos. Em 2017, a região obteve um aumento do número de eleitores faltosos para 9.768 (1,96%). Nesta ocasião, o CV de 29,58%, indica homogeneidade, mesmo que tenha havido diferenças entre os municípios. Assim, em ambos os anos, quase toda a população dos municípios participou dos processos eleitorais, que em todo o país é obrigatório (Tabela 5).

Em 2017, na RGIM-II haviam 74.877 (9,39%) matrículas no ensino fundamental. Do total, 75% dos municípios apresentaram menos de 10 (9,72%) matriculados no ensino fundamental. A taxa maior foi do município de Itabuna (44,26%) e a menor foi Itaju do Colônia (1,41%). Pelo CV de 85,90% também se percebe alta heterogeneidade entre os municípios (Tabela 5). Vale ressaltar que, os dados referentes à taxa de matrículas no ensino médio não estavam disponíveis no INEP.

No ano de 2017 havia somente 2.625 (13,92%) produtores associados na RGIM-II. O CV de 78,20% comprova a heterogeneidade entre os municípios, quando a maior percentagem de associados se deu em Ubaitaba, 38,60%, e a menor em Aurelino Leal, 1,32% (Tabela 5). Deste modo, em 2006 e 2017, quando se desconsidera a participação em pleitos eleitorais, que é um processo obrigatório e não de decisão voluntária, e se considera as condições de conhecimento formal e de associativismo, existia reduzido acesso à educação e cidadania, que dificulta o DR regional.

Segundo Kageyama (2008), as “Características do DR” englobam: i) Características da agropecuária (produtividade e diversificação), ii) Características ambientais (preservação) e iii) Pluriatividade. Em relação às características da agropecuária, a produtividade é possível de ser avaliada por meio do valor da produção (por hectare e por pessoa ocupada), que quanto mais elevada espera-se maior possibilidade do DR.

Tabela 5 – Fatores de acesso à educação e cidadania nos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2006 e 2017

2006						
Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Taxa matrículas: ensino fundamental (%)	-	-	-	-	-	-
Taxa matrículas: ensino médio (%)	-	-	-	-	-	-
Eleitores faltosos (pessoas)	1.920	-	91,43	1	555	159,09
Eleitores faltosos (%)	-	0,42	0,41	0,03	0,73	40,55
Produtores associados (pessoas)	-	-	-	-	-	-
Produtores associados (%)	-	-	-	-	-	-
2017						
Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Taxa matrículas: ensino fundamental (%)	-	9,39	10,88	1,41	44,26	85,90
Taxa matrículas: ensino médio (%)	-	-	-	-	-	-
Eleitores faltosos (pessoas)	9.768	-	444	30	3.487	198,63
Eleitores faltosos (%)	-	1,96	1,65	0,72	2,34	29,58
Produtores associados (pessoas)	2.625	-	119,32	5	746	149,28
Produtores associados (%)	-	13,92	12,47	1,32	38,60	78,20

Fonte: IBGE (2021); INEP (2021); e TSE (Brasil, 2021).

Devido à ausência das informações referentes ao ano de 2006, apenas as características da agropecuária do ano 2017 foram avaliadas para a RGIM-II. Neste ano, o valor da produção por hectare da região correspondia a aproximadamente R\$188 mil, semelhante à da Bahia, que correspondia a quase R\$185 mil. A média da região ficou em, aproximadamente, R\$205 mil, mas com CV de 56,76% que indicou heterogeneidade, em que o maior valor de produção por hectare foi em Coaraci (R\$381 mil); já o menor foi em Itajú do Colônia (quase R\$29 mil). O valor de produção por pessoa ocupada de região foi de R\$8.022, superior ao valor do estado, R\$6.776. A média da região foi de aproximadamente de R\$10 mil, porém com CV de 44,83%, comprovando a heterogeneidade em que Coaraci otimizou a produtividade da sua mão-de-obra, atingindo um valor de quase R\$24 mil; por outro lado, Santa Cruz da Vitória alcançou menos de R\$5 mil (Tabela 6).

A respeito da diversificação agropecuária, esta pode ser avaliada por meio da percentagem da área ocupada pelos principais grupos de atividades produtivas. A diversificação agropecuária também é importante no quesito do DR visto que a concentração da produção em poucas ou apenas uma única atividade produtiva (a monocultura), favorece a concentração de renda nas mãos de poucos, possibilitando o aumento da pobreza e desigualdades.

A RGIM-II registrou, em 2017, área total de 807.186 hectares; destes, 423.785 hectares, 52,46% da área, estava ocupada com a pecuária, com CV de 72,30%, demonstrando discrepância elevada entre os municípios com o maior percentual, Itaju do Colônia (99,74%) e o menor percentual, Ibirapitanga (3,81%). Da área total com pecuária, 408.137 (96,31%) era destinada à criação de bovinos, cujo CV de 86,63% apresentou divergências entre os

municípios, em que Itaju do Colônia registrou a maior área, 97,82%, e Ibirapitanga a menor área, 3,58%. Do total da área, 352.072 (43,62%) hectares estavam ocupados com lavouras permanentes, das quais a produção de cacau ocupou 307.381 (87,31%) hectares. O CV da área com o cultivo de cacau foi 65,13%, demonstrando heterogeneidade entre municípios. O município que mais ocupou área dos estabelecimentos com o cacau foi Ibirapitanga (88,58%); o menor foi Ibicuí (1,97%) (Tabela 6).

Tabela 6 - Características da agropecuária (produtividade e diversificação) dos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2017

	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>CV</b>
Valor da produção por hectare (R\$1.000)	187,40	-	205,39	28,28	380,73	56,76
Valor da produção por pessoa ocupada (R\$1.000)	8.022	-	9.384	4.353	23.121	44,83
Área ocupada (ha) pelo 1º principal grupo atividades produtivas: pecuária	423.785	-	19.263	1.278	102.108	135,52
Porcentagem da área ocupada (ha) pelo 1º principal grupo de atividades produtivas (%): pecuária	-	52,46	48,96	3,81	99,74	72,30
Área ocupada (ha) pelo 2º principal grupo de atividades produtivas: lavouras permanentes	352.072	-	3.202	71	19.161	153,74
Porcentagem da área ocupada (ha) pelo 2º principal grupo de atividades produtivas (%): lavouras permanentes	-	43,62	8,77	0,21	51,92	140,88
Área ocupada (ha) com principal atividade pecuária: bovinos	408.137	-	20.010	1.321	100.140	133,03
Porcentagem da área ocupada (ha) com principal atividade pecuária (%): bovinos	-	96,31	43,25	3,58	97,82	86,63
Área ocupada (ha) com a 1ª principal cultura: cacau	307.381	-	14.625	1.045	70.801	114,04
Porcentagem da área ocupada com a 1ª principal cultura (%): cacau	-	87,31	43,70	1,97	88,58	65,13

Fonte: IBGE (2021).

De acordo com Kageyama (2008), para avaliar as “Características do DR” ainda é preciso considerar o meio ambiente. O DR só ocorre quando também há preservação ambiental, seja pela não utilização de agrotóxicos, por meio da produção orgânica, utilizando plantio em nível, com proteção das encostas, rotação de culturas, preservando as matas, florestas e pastagens naturais. Além disso, aspectos como a relação entre a área de lavouras e de outros usos também devem ser considerada.

Surpreendentemente, em 2006, na RGIM-II 15.505 (92,13%) estabelecimentos declararam não utilizar agrotóxicos. Em termos percentuais, o CV de 4,53% indicou homogeneidade entre os municípios, de modo que, não existia diferença considerável entre o município com maior percentual que declararam não utilizar agrotóxico (Ubaitaba, com 98,86%) e o menor percentual (Itaju do Colônia, com 85,19%). Em média, mais de 92% dos estabelecimentos declararam não utilizar a substância. No ano de 2017, a situação é semelhante, 16.326 (86,55%) estabelecimentos declararam não utilizar agrotóxicos. A homogeneidade ocorreu da mesma maneira, com o maior percentual em Santa Cruz da Vitória (95,81%) e o menor percentual em São José da Vitória (66,27%). Em média, mais de 84% dos estabelecimentos declararam não utilizar agrotóxicos (Tabela 7).

Em relação à agropecuária orgânica, em 2006 e 2017, poucos estabelecimentos, respectivamente, 666 (3,96%) e 126 (0,67%), desenvolviam esta atividade na RGIM-II. O mesmo ocorreu, em 2017, com plantio em curva de nível, proteção e conservação de encostas e rotação de culturas; estas atividades não fizeram parte da realidade das características da referida região. O que mais contribuiu para a preservação ambiental foram os 8.411 (44,59%) estabelecimentos que possuía matas e florestas. Cabe aqui também destacar que a relação entre área de lavouras e de outros usos, de 10,59, pode ter ocorrido pela representatividade das lavouras permanente e do cultivo do cacau cabruca<sup>15</sup>, constatadas anteriormente, que por suas características permitem a preservação do meio ambiente (Tabela 7).

Ademais, a pluriatividade também é abordada por Kageyama (2008), como mais uma das características do DR. Esta trata a respeito das atividades e respectivas rendas das famílias rurais oriundas não unicamente das atividades agropecuárias, mas de diversas fontes, como turismo rural, aposentadoria, pensão, aluguéis, etc. A pluriatividade valida as características de um Novo Rural, como um espaço onde se desenvolve não apenas atividades do setor primário, mas também do setor secundário e terciário. Portanto, quanto maior o nível de pluriatividade, maior a possibilidade de DR.

---

<sup>15</sup> Cabruca é um sistema no qual o plantio do cacau é feito sob a sombra de árvores nativas da Mata Atlântica.

Tabela 7 – Características ambientais (preservação ambiental) dos municípios que compõem a Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2006 e 2017

2006						
Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Estab. não utilizam agrotóxicos (unidades)	15.505	-	705	168	2.950	105,21
Percentual de estab. não utilizam agrotóxicos (%)	-	92,13	92,80	85,19	98,86	4,53
Estab. utilizam da agropecuária orgânica (unidades)	666	-	32	1	276	218,76
Percentual estab. utilizam agropecuária orgânica (%)	-	3,96	3,03	0,29	18,41	132,38
2017						
Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Estab. não utilizam agrotóxicos (unidades)	16.326	-	742	142	3.153	111,13
Percentual estab. não utilizam agrotóxicos (%)	-	86,55	84,86	66,27	95,81	8,69
Estab. utilizam agropecuária orgânica (n)	126	-	9	1	48	182,42
Percentual estab. utilizam da agropecuária orgânica (%)	-	0,67	0,61	0,14	1,80	83,28
Estab. utilizam plantio curva de nível (n)	168	-	10	1	64	168,41
Percentual estab. utilizam plantio curva nível (%)	-	0,89	0,75	0,11	1,80	66,61
Estab. protegem e conservam encostas (unidades)	335	-	17	1	77	130,87
Percentual estab. protegem e conservam encostas (%)	-	1,78	2	0,18	9,63	107,97
Estab. praticam rotação de culturas (unidades)	572	-	30	1	131	119,38
Percentual de estab. que praticam rotação de culturas (%)	-	3,03	6,75	0,25	66,50	221,24
Estab. que possuem matas e florestas (unidades)	8.411	-	382	102	1.763	99,60
Percentual de estab. possui matas e florestas (%)	-	44,59	55,57	25,24	87,50	36,30
Área de pastagem natural (hectare)	3.676	-	216	1	458	70,76
Área de pastagem plantada (boas e más condições) (ha)	6.631	-	301	24	1.292	86,61
Áreas de pastagem plantada/área pastagem natural (%)	-	1,80	52	0,12	433	240,24
Área de lavouras/área de outros usos (pastagens naturais e plantadas, matas plantadas e terras produtivas não utilizadas) (%)	-	10,59	14,25	0,34	111,78	173,37

Fonte: IBGE (2021).

Em 2017, 11.166 (39,21%) estabelecimentos agropecuários da RGIM-II eram pluriativos. O CV de 27,13%, indicou homogeneidade entre os municípios mesmo que a menor taxa fora constatada em Santa Cruz da Vitória, 12,93%, e a maior proporção se deu em Ibicuí

(49,83%). Portanto, grande parte dos municípios de perfil rural da região pesquisada desenvolviam tanto atividades agrícolas e não-agrícolas (Tabela 8).

Tabela 8 - Características relativas à pluriatividade dos municípios que compõem a Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2017

Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Estabelecimentos pluriativos (n)	11.166	-	507,55	15	2.191	115,16
Proporção estabelecimentos pluriativos (%)	-	39,21	36,53	12,93	49,83	27,13

Fonte: IBGE (2021).

Em 2006 e 2017, grande maioria das “Características do DR” da RGIM-II era heterogênea. Deste modo, para que ocorra o DR na região faz-se necessário ampliar a homogeneidade entre os municípios ou entre os diferentes tipos de produtores, possibilitando maiores acessos à AF, melhores condições de preservação ambiental e maior pluriatividade, proporcionando um cenário onde o DR possa ser estimulado.

### 4.3 Efeitos do Desenvolvimento Rural (DR) da Região Imediata Ilhéus-Itabuna

Como afirma Kageyama (2008) os “Efeitos” do DR são o estágio de desenvolvimento resultante dos “Condicionantes” e “Características” são resultantes da combinação dos “Condicionantes do DR” e das “Características do DR”, abordados nas seções anteriores. Os “Efeitos do DR” englobam o êxodo rural (que não foi tratado aqui pela inexistência de dados atuais<sup>16</sup>), melhoria da escolaridade, na ocupação/trabalho e nas condições de vida. Sendo assim, espera-se que o desenvolvimento do espaço rural seja resultado do grau elevado de escolaridade dos produtores agropecuários, o que viabiliza o aprendizado de tecnologias e do uso de maquinários, amplia a possibilidade de acesso à programas governamentais de crédito e de orientações técnicas do governo e cooperativas, os quais possibilitam a qualificação e a expansão da produção. Os efeitos favoráveis decorrem da melhor performance da propriedade rural como resultado do acesso à energia elétrica (que permite o uso de maquinários), à unidades armazenadoras (que contribuem para a comercialização dos produtos), além da direção do negócio pelo proprietário.

Em 2017, a RGIM-II apresentava apenas 2.946 (15,67%) estabelecimentos com produtores que dirigiam os estabelecimentos e que sabiam ler e escrever; em média 15,31% dos produtores da região tinham este nível básico de educação. O CV de 51,98% apontou discrepância entre os municípios, cujo maior percentual era de Itabuna (38,22%) e o menor de

<sup>16</sup> Os dados sobre êxodo rural estão disponíveis nos Censos Demográficos, que não foi realizado, em 2020, pelo IBGE, por causa da Pandemia causada pelo Covid 19.

Ibicaraí (1,54%). Do total, em 3.194, ou 16,99% dos estabelecimentos os produtores que dirigiam possuíam 1º grau; em média eram 18,44%, mas com CV de 49,88%, que representa a heterogeneidade entre os municípios, como Almadina (38,05%) e Ibicaraí (3,47%). Na região 2.898, ou 15,42% dos estabelecimentos eram de produtores que dirigiam e que registraram ter o 2º grau; em média, 18,22% dos produtores tinham 2º grau; e o CV de 27,79% revela homogeneidade entre os municípios, embora houvesse significativa diferença entre o maior percentual de Barro Preto (30,10%) e o menor percentual de Maraú (9,38%). Cabe destacar que estes resultados indicam homogeneidade no reduzido acesso ao maior nível de instrução, o 2º grau (Tabela 9).

Tabela 9 – Elementos que influenciam o funcionamento dos estabelecimentos agropecuários da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2017

Variáveis	Valor		Estatísticas descritivas			
	Absoluto	Relativo	Média	Mínimo	Máximo	CV
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: sabe ler e escrever (pessoas)	2.946	-	134	4	531	108,81
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: sabe ler e escrever (%)	-	15,67	15,31	1,54	38,22	51,98
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: com antigo 1º grau e EJA (pessoas)	3.194	-	145	9	543	110,41
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: com antigo 1º grau e EJA (%)	-	16,99	18,44	3,47	38,07	49,88
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: com antigo 2º grau, EJA e técnico (pessoas)	2.898	-	132	37	558	95,61
Escolaridade dos produtores que dirigem os Estab.: com antigo 2º grau, EJA e técnico (%)	-	15,42	18,22	9,38	30,10	27,79
Condição do produtor em relação às terras: proprietários (pessoas)	15.302	-	696	189	3.258	114,49
Condição do produtor em relação às terras: proprietários (%)	-	81,12	82,67	59,70	99,53	13,88
Estab. dirigidos pelo produtor (pessoas)	18.799	-	855	197	3.543	108,33
Est. dirigidos pelo produtor (%)	-	99,66	99,61	98,11	100	0,47
Est. que obtiveram recursos dos programas governamentais de crédito (unidades)	141	-	9	1	72	199,85
Est. que obtiveram recursos dos programas governamentais de crédito (%)	-	0,75	1,25	0,05	6,79	170,53
Est. que recebem orientações técnicas do governo e de cooperativas (unidades)	917	-	42	1	214	127,39
Est. que recebem orientações técnicas do governo e de cooperativas (%)	-	4,86	5,19	0,48	15,81	71,91
Est. com energia elétrica (unidades)	12.663	-	576	137	2.727	108,19
Est. com energia elétrica (%)	-	67,13	69,95	51,30	81,99	11,34
Est. com unidades armazenadoras (unidades)	1.449	-	66	1	222	90,11
Est. com unidades armazenadoras (%)	-	7,68	13,93	0,33	38,16	92,85

Fonte: IBGE (2021).

A condição do produtor em relação às terras, se proprietário ou não, é considerada um dos “Efeitos do DR”. Por certo o ser proprietário das terras é que permite outros acessos, os quais refletem a eficiência produtiva. Em 2017, na RGIM-II existiam 15.302 ou 81,12% de estabelecimentos cujo proprietário administrava; em média, eram 82,67% dos estabelecimentos, cujo CV de 13,88% confirma homogeneidade. Do total, 18.799, ou 99,66% dos estabelecimentos eram dirigidos pelo produtor; em média foi o mesmo percentual, 99,61% dos estabelecimentos; e o CV de 0,47% comprova que esta era a realidade comum aos municípios da região, o produtor responsável pela direção do seu próprio estabelecimento, com maior controle sobre o processo produtivo (Tabela 9).

O maior “Efeito do DR” depende também do maior acesso ao crédito governamental, que geralmente possui menor taxa de juros e custos ao produtor, em suas diferentes modalidades proporciona maiores possibilidades de custeio e de investimento dos negócios, e de comercialização dos produtos agropecuários. Contudo, em 2017, na RGIM-II somente 141, ou 0,75% dos estabelecimentos acessaram crédito do governo. Em média, 1,25% dos estabelecimentos da região tiveram acesso a esses recursos; o CV de 170,53% traduz a heterogeneidade entre os municípios beneficiados com maior acesso, Ibicuí com 6,79%, e o com menor acesso, Maraú com 0,05% (Tabela 9).

Para além do crédito, o “Efeito do DR” depende das orientações técnicas do governo e de cooperativas, pois não basta o acesso ao recurso financeiro para a aquisição de máquinas e equipamentos, por exemplo, se o produtor não for orientado como utilizar. Porém, em 2017, na RGIM-II apenas 917 ou 4,86% estabelecimentos da região contavam com esse suporte. Em média, 5,19% dos estabelecimentos da região tiveram o auxílio de orientações técnicas governamentais e das cooperativas, mas numa discrepância assinalada pelo CV de 71,91%, em que o maior percentual ficou por conta do município de Ubaitaba (15,81%) e o menor em Firmino Alves (0,48%) (Tabela 9).

Ainda sobre a importância das políticas e programas públicos, os “Efeitos do DR” ocorrem quando os estabelecimentos têm acesso à energia elétrica. Em 2017, a RGIM-II possuía 12.663, ou 67,13% de propriedades com este recurso; média de 69,95% de estabelecimentos atendidos; numa distribuição homogênea entre os municípios da região (CV de 11,34%). Por mais, os armazéns, asseguram os produtores contra os efeitos da sazonalidade, pois no período de safra e de elevada produção, alguns produtos agropecuários podem ser acondicionados para posterior comercialização e com preços maiores. Todavia, embora as lavouras permanentes e o cacau eram produtos que ocupavam parte significativa da área dos estabelecimentos, na região somente 1.449 ou 7,68% dos estabelecimentos possuíam armazéns (Tabela 9).

Para fechar a discussão dos “Efeitos do DR”, o nível de ocupação e as condições de vida devem ser avaliadas no espaço rural. Aqui, as condições de vida foram tratadas a partir do nível de pobreza, utilizando como *proxy* o número de cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico). Vale lembrar que o CadÚnico é um programa destinado às famílias brasileiras mais carentes, em situação de vulnerabilidade. Estas, são consideradas assim, porque apresentam até meio salário mínimo *per capita*, ou recebem, no total, renda mensal até 3

salários mínimos. Além disso, diversos programas como o Programa Bolsa Família (PBF) e Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) utilizam da base de dados do CadÚnico como critério de seleção dos seus beneficiários. Por isto, o programa fora utilizado como *proxy* de pobreza.

Tabela 10 – Pobreza nos municípios da Região Imediata Ilhéus-Itabuna, em 2017

	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>CV</b>
Cadastro Único (pessoas)	347.314	-	15,787	3.726	83.967	140,94
Cadastro Único (%)	-	49,87	61,77	19,39	96,23	25,31

Fonte: IBGE (2021).

Em 2017, 347.314 pessoas ou 49,85% da população da RGIM-II eram pobres. Em média, 61,77% dos residentes eram pobres; condição homogênea pelo CV de 25,31%, em que o maior percentual era em São José da Vitória (96,23%) e o menor percentual em Ibirapitanga (19,39%) (Tabela 10). Por mais, em relação a pobreza, Kageyama (2008), afirma que a elevação da renda per capita representa uma condição necessária, mas não suficiente ao DR. Deste modo, a ampliação das oportunidades de empregabilidade e do padrão de vida da população, geraria melhorias nas localidades. Vale ressaltar que, para a autora, além do crescimento, faz-se necessário a distribuição da renda, possibilitando, portanto, um melhor acesso aos recursos e infraestrutura, como o acesso à eletricidade, água potável, saúde, educação, entre outros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RGIM-II, composta por 22 municípios, foi instituída pelo IBGE em 2017, com enfoque no urbano. Por isto, esta pesquisa fora inspirada em trabalhos científicos contemporâneos para avaliar se aqueles municípios eram de perfil rural e conformavam uma região homogênea em termos de cada uma das três bases do DR (condicionantes, características e efeitos). Para tanto, dos anos 2006 e 2017, aplicou-se aos dados multidimensionais a análise estatística descritiva e comparativa, em que os valores médios, mínimos, máximos e, principalmente, o CV foram capazes de identificar, para cada variável, se havia ou não homogeneidade (ou coesão territorial) entre os municípios dos indicadores do DR, como esperado para uma região.

Nos dois anos considerados, através da população média abaixo de 50.000 habitantes, foi possível afirmar que a RGIM-II tinha perfil rural. Vale ressaltar que, a única exceção fora os municípios de Ilhéus e Itabuna, para onde convergem o êxodo em busca de bens e serviços industriais, educacionais, de saúde, dentre outros. Em relação aos “Condicionantes do DR”, especialmente da “dotação inicial de fatores demográficos, sociais e econômicos”, as maiores homogeneidades ocorreram para o percentual do VAB Não-Agropecuário, taxa de profissionais da saúde e PIB *per capita*. O percentual de estabelecimentos que produzem para

comercializar, cujo dirigente reside em outro local e que recebem informações técnicas por meio da TV foram as condições mais homogêneas de “inter-relação territorial”.

Na RGIM-II número elevado das pequenas propriedades possuíam reduzidas áreas (em hectares), enquanto número diminuto de médias e grandes propriedades possuíam grandes áreas (em hectares). E nesta característica de concentração fundiária, cabe ressaltar que entre os municípios da região havia homogeneidade do percentual de estabelecimentos da AF. Sendo assim, é possível afirmar que era comum nos municípios da região a “presença de agricultores familiares”.

Ainda em si tratando dos “Condicionantes do DR” da RGIM-II, mas agora relacionados aos fatores de “acesso à educação e à cidadania”, havia maior homogeneidade entre os municípios quanto ao percentual de eleitores faltosos, ato obrigatório no Brasil, e por isto na região. Havia relativa heterogeneidade entre os municípios quanto ao percentual de produtores associados e das taxas de matrículas no ensino fundamental, revelando fragilidades do acesso à educação e à cidadania na referida região.

Das “Características do DR” RGIM-II relacionadas à agropecuária, a “produtividade” (o valor a produção por pessoa ocupada e por hectare) e a reduzida “diversificação” (expressa pelo percentual da área ocupada com cacau) foram os fatores mais homogêneos entre os municípios. Todavia, é necessário avaliar com mais detalhes os níveis desta produtividade, e salientar que na referida região a atividade cacauzeira, historicamente praticada em grandes propriedades de terras, ainda é predominante, e concentradora da posse de terras, da fonte de renda e conseqüentemente de desigualdades.

Com relação às “características ambientais” da RGIM-II, inexplicavelmente, havia grande homogeneidade entre os municípios quanto ao percentual dos estabelecimentos que não utilizavam agrotóxicos. Havia relativa homogeneidade do percentual de estabelecimentos com matas e florestas; neste caso, a monocultura do cacau traz relativo benefício por ser cultivado no sistema cabruca, que permite a preservação do meio ambiente. Também houve homogeneidade entre os municípios quanto à “pluriatividade”; ou seja, na região era comum a proporção de estabelecimentos que executavam atividades agropecuárias e ao mesmo tempo atividades não-agropecuárias, processo típico do Novo Rural.

Como resultado dos “Condicionantes do DR” e das “Características do DR” foi possível verificar os “Efeitos do DR” da RGIM-II. No que diz respeito ao “funcionamento dos estabelecimentos”, os fatores mais homogêneos entre os municípios foram: percentual de estabelecimentos (dirigidos pelo produtor, que possuíam energia elétrica e cujo produtor era proprietário). Porém, em relação à “pobreza”, havia homogeneidade do percentual de pessoas registradas no CadÚnico, em busca do acesso aos programas públicos, maior e melhor qualidade de vida; em média, mais da metade da população dos municípios se encontrava nesta situação.

Considerando os dois anos analisados, 2006 e 2017, na RGIM-II, dos “Condicionantes do DR” as maiores heterogeneidades entre os municípios ocorreram em relação ao VAB Não-agropecuário, PIB total, densidade demográfica e estabelecimentos que não receberam informações técnicas. “Das Características do DR” as maiores heterogeneidades foram

identificadas na área ocupada total (ha) e percentual da área com lavouras permanentes e pecuária, além do percentual de estabelecimentos que praticam rotação de culturas. “Dos Efeitos do DR” as maiores heterogeneidades foram verificadas para o número absoluto e relativo de estabelecimentos que obtiveram recursos dos programas governamentais de crédito, orientações técnicas do governo e de cooperativas.

Portanto, para que exista DR na RGIM-II é fundamental ampliar o acesso a uma gama de bens e serviços públicos, tais como educação, saúde, crédito com reduzidas taxas de juros, assistência técnica, incentivo à diversificação produtiva e alternativas de renda, dentre outras necessidades do elevado percentual da população em condição de pobreza e dos estabelecimentos agropecuários familiares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referencial Teórico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: MDA, 2005.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Estatísticas do eleitorado – 2021**. Brasília, DF: TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>. Acesso em: 20 set. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Módulos Fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: maio 2024.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. **Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 12 out. 2023.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. UFRGS, 2008.

MARQUEZ, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, v.18, n. 19, p. 95-112, 2002.

ODERICH, E H. **Dinâmicas socioeconômicas da expansão agrícola no Brasil**: situações e tendências dos municípios e regiões da soja e da cana-de-açúcar. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre ( UFRGS), 2020. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215484>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M.; CERQUEIRA, C. A. de; NEDER, H. D.; PIRES, M. J. de S. Coesão territorial e delimitação do Território Litoral Sul (Bahia): uma discussão a partir das condições de desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 4, p. 143-159, out./dez. 2018.

PALÁCIO, Vinicius. **Análise do desenvolvimento rural dos municípios do estado de São Paulo**. 2019. 106 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã, Tupã (SP), 2019. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182199/palacio\\_v\\_me\\_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182199/palacio_v_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 05 mai. 2024

RAMOS, J. P. S. **Análise das bases do desenvolvimento rural no território do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas do Programa) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

SANTOS NETO, G. C. *et al.* Pobreza e desigualdade de renda: uma análise para a região imediata de Ilhéus-Itabuna, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, 2021.